

“O MUNDO TRAVESTI NÃO É TÃO DIFERENTE”: REFLEXÕES SOBRE DISCURSOS, ACESSO E ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DOS TRAVESTIS EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Flávio Ramos

Coordenador do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. E-mail: flauri@univali.br.

Ana Claudia Delfini Capistrano de Oliveira

Professora do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da UNIVALI.
E-mail: anaclaudia@univali.br.

Andreia Justen da Silva

Bacharela em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.
Email: pmgpp@univali.br

Micheline Ramos de Oliveira

Professora do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da UNIVALI.
E-mail: micheantr@hotmail.com.

RESUMO

Alvo de discriminação e violência desmedida, os travestis pertencem a um dos grupos sociais mais discriminados da sociedade brasileira. Em Balneário Camboriú (SC), há uma população fixa em torno de 30 travestis que atuam nas ruas da cidade. A pesquisa, de natureza exploratória, teve como objetivo analisar os discursos institucionais da Associação dos Travestis sobre os travestis e o acesso ao atendimento dos serviços municipais públicos a partir da complexidade dos direitos sexuais no campo da saúde coletiva. Os resultados demonstraram que situações permanentes de violência fazem parte do universo investigado, principalmente, os travestis que se prostituem. As experiências do sofrimento e do adoecer fazem com que os mesmos busquem formas de resistência e de organização para melhor enfrentar os problemas relacionados aos processos de exclusão social. Aqui, o papel da Associação dos Travestis de Balneário Camboriú/SC (ATBC) é fundamental para garantir o acesso a um atendimento adequado a essa população, além de ser o único ponto de apoio para o início de uma reflexão mais profunda das políticas públicas de saúde para este segmento.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas. Diversidade sexual. Homofobia.

ABSTRACT

Target of unmeasured discrimination and violence, the transvestites are one of the most discriminate social groups of the Brazilian society. In Balneário Camboriú (SC) there is a fixed population of around 30 transvestites that actuate in the city streets. This research, of exploratory nature, aimed to analyze the institutional discourses of the Association of Transvestites (Associação dos Travestis) on themselves and their access to the municipality public services, from the complexity of the sexual rights in the collective health field. The results showed that persistent violence condition belongs to the universe which is investigated, mainly to the transvestites who prostitutes. The suffering and sicken experiences conduce them to search for means of resistance and organization to face the problems related to social exclusion. At this point, the role of Association of Transvestites in Balneário Camboriú/SC (ATBC) is fundamental to assurance the access to an appropriate treatment to this population, in addition to support an opening of a deeper reflection about health public politics to this group.

KEYWORDS: Public policies. Sexual Diversity. Homophobia.

RESUMEN

Objeto de la discriminación y la violencia excesiva, travestis pertenecen a uno de los grupos sociales más discriminados de la sociedad brasileña. En Balneário Camboriú (SC) hay una población fija de alrededor de 30 travestis que trabajan en las calles de la ciudad. La investigación, de carácter exploratorio, tuvo como objetivo analizar los discursos institucionales de la Asociación de Travestis acerca de sí mismos y el acceso a los servicios públicos municipales desde la complejidad de los derechos sexuales en el campo de la salud pública. Los resultados mostraron que las situaciones permanentes de violencia son parte de los sujetos estudiados, principalmente aquellos involucrados en la prostitución. Las experiencias de sufrimiento y la enfermedad hacen que ellos busquen formas de resistencia y organización para enfrentar mejor los problemas relacionados con los procesos de exclusión social. Aquí, el papel de la Asociación de Travestis de Balneário Camboriú/SC (ATBC) es crucial para garantizar el acceso a una atención adecuada a esta población, y es el único punto de apoyo para el inicio de una reflexión más profunda de las políticas de salud pública de este segmento.

PALABRAS CLAVE: Políticas públicas. La diversidad sexual. Homofobia.

INTRODUÇÃO

Iniciamos esse debate defendendo a premissa de que as diferentes formas de interpretar o corpo não são consequência de um maior conhecimento científico específico, mas resultante de determinadas epistemologias e da política (LAQUEUR, 2001).

Nesses termos, situamos essa pesquisa no âmbito de políticas públicas de saúde, num exercício crítico de desconstrução e revelação de exclusões, inclusões e hierarquias de gênero. Aqui problematizamos um discurso instituído por uma sistemática que legitima uma política pública de saúde pautada numa práxis que se apoia em “operações de diferença categórica”. Tal discurso, não leva em consideração e desqualifica determinados grupos sociais, como os travestis, representantes de uma categoria que renuncia a uma “verdade” essencial, ao se apoiar nas diferenças-diferenças que confundem, desorganizam e tornam ambíguo o significado e produção de sentido de qualquer oposição binária fixa.

Essa ambiguidade enquadra e aloca os travestis à condição de abjeção (BUTLER, 1993). O ser abjeto aponta para uma existência e materialidade de um corpo ameaçado socialmente, de uma vida frágil e precária, pois é considerado preconceituosamente, menos humano, aberração de uma humanidade pretensamente saudável e perfeita.

Subjugados no papel daqueles que assombam a construção de gênero arraigada num discurso da normatividade, são os abjetos, considerados ameaças à sociedade que desempenham esforços violentos, simbólica ou materialmente, para perpetuar o que se considera natural. Sociedade essa, por vezes, respaldada por um paradigma hegemônico, advindo de uma biomedicina higienizadora, que naturaliza a lógica binária e transforma outras em patologia (FOUCAULT, 1977). Discurso esse que orienta políticas públicas de saúde não legítimas e reprodutoras de estigmas, por essas não aventarem as necessidades de saúde de seus ditos usuários, tais como elas se apresentam.

O programa governamental *Brasil sem Homofobia, Programa de Combate à violência e à Discriminação contra GLBT e da Promoção da Cidadania Homossexual* (BRASIL, 2004) é um exemplo emblemático de uma política pública que deve ser repensada, isso por não reconhecer ou não levar em conta as peculiaridades da própria população em foco. Aqui, pode-se visualizar um discurso violento, que opera densamente sobre essa parcela da população, que desde o Estado não é reconhecida na complexidade de sua identidade de gênero, pois tais políticas, ao qualificarem um grupo, definem indivíduos e renegam a expressão ou apreensão plena de sua individualidade. Aqui a máxima de que a diferença é necessária para que a igualdade seja possível não é levada em conta (SCOTT, 1995).

A própria sigla GLBT e todas as suas variantes são utilizadas equivocadamente de forma atemporal, não atentando para as transformações em curso e para o perigo constante da homogeneização. Esse tipo de

nominação e categorização advindo de uma lógica classificatória exclui imprescindivelmente os travestis que, em desacordo com a *hetero* ou *homonormatização*, vivenciam cotidianamente a alternância de papéis não definidos e a identidade de gênero como algo não fixo, estanque, acabado, mas fluído (STRATHERN, 2006).

Com base no equívoco crasso de identidade de gênero sendo marcada por opção sexual, apenas preocupações constantes relacionadas à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS) envolvem estratégias próprias direcionadas aos travestis (LIONÇO, 2009; BORBA, 2010; PELÚCIO, 2011), intervenção essa ainda arraigada na ideia de grupo de risco, atitude amplamente conhecida como reprodutora de estigma.

Não existe uma preocupação genuína com essa população, que entre outras, ao aderir a diferentes formas de travestilidade, fazem uso, por exemplo, de interferências corporais, como a utilização constante de hormônios femininos, o que de longe é problematizado seriamente por uma política pública de saúde que, desde 2008, por meio do Ministério da Saúde, diz vir desenvolvendo estratégias de atenção à saúde para os transexuais e para as travestis, a partir de suas particularidades, a um atendimento diferenciado (LIONÇO, 2008, 2009).

Tais estratégias de saúde com base na discussão anterior parecem ter fracassado, o que vai contra a defesa de Lionço (2009) de que políticas públicas específicas de saúde devam contemplar a população de grupos sociais que são historicamente discriminados na promoção da equidade e da universalidade do acesso aos bens e aos serviços ofertados pelo Estado. Ou seja, embora o Sistema Único de Saúde (SUS) tenha como pressuposto básico a universalidade do acesso aos serviços públicos, determinados grupos sociais, em função da violação de direitos humanos e exclusão social, poderiam dispor de algum tipo de ações focalizadas.

Nesse ínterim, as políticas públicas de saúde, nesse caso específico, contemplariam não apenas os aspectos de prevenções às doenças sexualmente transmissíveis, mas igualmente às necessidades específicas dos travestis, como a aplicação indiscriminada de silicone, a ingestão de hormônios femininos, a incidência de doenças dermatológicas e os problemas de saúde bucal. As drogas ilícitas são outro fator de preocupação, bem como a depressão psíquica, fruto do cotidiano de pressão que esta população vivencia de forma permanente. Neste ambiente, a violência não apresenta caráter de excepcionalidade, mas algo de rotina, o que torna os travestis ainda mais dependentes de políticas diferenciadas de saúde (ROMANO, 2008; PELÚCIO, 2011).

Desta forma, esse artigo teve como objetivo principal analisar o discurso sobre os travestis e o acesso/atendimento às políticas de saúde pela Associação dos Travestis de Balneário Camboriú, no Estado de Santa Catarina.

TRAVESTIS, IDENTIDADES/PERFORMANCES, DISCURSOS...

Como já mencionado no início do artigo, aqui a utilização da categoria travesti reivindica a desconstrução de uma lógica binária de gênero e consequentemente de uma normatividade hegemônica. Para tanto, adere-se às ideias defendidas por estudos feministas que defendem a premissa de uma diferença que não quer ser assimilada, ou tolerada, consequentemente, sua forma de ação é transgressiva, desconstruindo a noção de gênero como atributo cultural depositado sobre um receptáculo natural, corpo ou sexo (BUTLER, 2003).

A partir dessa leitura, os travestis não buscam a troca de sexo, já que aqui as possibilidades de exploração de seu próprio corpo independem da mudança da genitália (PELÚCIO, 2005; KULICK, 2008; JIMENEZ; ADORNO, 2011), e sim tecem o movimento da apropriação de seu próprio corpo que vai de encontro a uma natureza ou a um padrão cultural fixo.

Diante da afirmativa anterior, vale lembrar que nas classificações tradicionais de gênero e sexualidade dificilmente encontraremos consenso envolvendo as diversas identidades construídas pelos transgêneros. Para Garcia (2009, p. 194), o termo transgênero refere-se “a todas as pessoas que questionam, com sua própria existência, a validade do esquema dicotômico sexo/gênero, sejam elas partidárias ou não da cirurgia de redesignação sexual.” Prova disso é a maneira como a literatura sobre os estudos culturais e de gênero elabora conceitos na tentativa de dimensionar e dar conta desta diversidade e complexidade.

Por exemplo, no campo tradicional das pesquisas sociológicas e históricas sobre gênero, que consolidaram este debate no século XX, há clara distinção entre sexo e gênero que demarca o primeiro ao campo biológico e o segundo ao campo sociocultural, ou seja, o sexo está para a natureza como o gênero está para a cultura. Nessa senda, o gênero é pensado como representação social do masculino e do feminino em uma dada sociedade/cultura, ou ainda, como categoria relacional fundada na organização social da diferença sexual percebida e construída nas relações de poder (SCOTT, 1995).

Desta forma, gênero é uma categoria útil para perceber as formas de classificação que são ordenadoras do mundo social, das identidades do sujeito social, destinatário de políticas públicas. Por esse mesmo motivo, a dicotomia sexo/gênero passou a ser revisitada por teóricas feministas nos últimos anos, das quais vale a pena retomar a já citada filósofa estadunidense Judith Butler.

Em suas obras *Corpos que importam: sobre os limites materiais e discursivos do sexo* (1993) e *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2003), Butler questiona se o sexo é uma estrutura dada e propõe que se repense a ideia de que o sexo pertence apenas ao mundo biológico e gênero apenas ao mundo da cultura. Para Butler (2003, p. 59),

Gênero é a *estilização* repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser.

Para dar sustentação a esta proposta, Butler lança o conceito de performatividade para afirmar que o gênero também é uma performance. Para ela, a performatividade:

Não é um ato singular, porque sempre é a reiteração de uma norma ou um conjunto de normas que permite que se “oculte ou dissimule as convenções de que é uma repetição”, e esta repetição, por sua vez, é a um só tempo reenenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente, e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação (BUTLER, 2003, p. 200).

Ora, o que são as identidades dos travestis senão uma performance que “brinca” com a ordem do gênero imposta socialmente? Ao mesmo tempo em que os travestis repetem e ritualizam o sexo performático também fundam novas experiências e significados que não estão inscritos em lugar nenhum, mas que são reinventados constantemente.

Em nossa pesquisa, as percepções sobre os travestis não os definem ou consideram como homens nem como mulheres, apesar de sua transformação corporal masculina ter como ideal ficar “parecida” como uma mulher, mas não se tornar “de fato” uma mulher. Importante ressaltar que essa transformação os denomina no feminino, “as” travestis, como que a

valorizar a transformação corporal pretendida para criar certa identidade feminina.

Mas não apenas a transformação do corpo reflete a construção desta identidade, e aqui importa lembrar o que já disse LAGO (1999, p. 119) a respeito da identidade como:

Um conceito carregado de polissemia [...], como ficção do imaginário através do qual o sujeito se representa como ‘*eu*’ procurando dar unidade e coerência a esta representação, uma vez que essa “identidade” feminina é também moldada por muitos valores e um certo “comportamento” feminino incorporados na performance de ser uma travesti, ou seja, a identidade feminina é criada e recriada de diversas formas.

Neste sentido, Sonia Maluf (MALUF apud LAGO, 1999, p. 125) já alertava para o fato de que o conceito de identidade fixa não seja o mais adequado, afinal:

Essa pessoa do travesti é um ser em transformação, um vir a ser que reatualiza de forma continuada esse devir [...] essa realidade aparentemente confusional além de aniquilar certas fronteiras, também provoca nossas teorias, nossas ideias do que é o gênero e para onde, para que novos sentidos ele caminha.

“Identidades”, identificações de gênero e performances... o debate conceitual revela as tensões deste campo e certamente contribui para mostrar como ele é necessário, além de revelar o quanto ainda é difícil superar a heteronormatividade na própria formação discursiva da ciência. Afinal, discursos também são práticas, como já ensinava Foucault:

Gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. [...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os tornam irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 1986, p.56).

Nas palavras de Foucault, os discursos são materialidades que se manifestam nas práticas das instituições¹ e na historicidade do próprio discurso como prática. Assim, o discurso não é apenas linguagem ou texto, mas um conjunto de enunciados que comporta uma gama de procedimentos que tem por função “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” Foucault explora a interação entre discurso e prática ao mostrar a relação de causalidade e correlação entre eles, afinal,

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que constituem em procedimentos de exclusão. O mais evidente e familiar é a interdição (FOUCAULT, 1996, p. 9).

Feitas essas considerações teóricas, vamos discutir os discursos, e, portanto práticas, de duas lideranças institucionais – Associação dos Travestis e Delegacia da Mulher – sobre os travestis e o seu acesso e atendimento nos serviços públicos do município, a partir da complexidade dos direitos sexuais no campo da saúde coletiva.

TRAVESTIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Em Balneário Camboriú, no Estado de Santa Catarina, há uma população fixa em torno de 25 (vinte e cinco) travestis, porém, aos finais de semana, esse número aumenta significativamente, pois travestis de outras cidades da região migram para esse município em busca de oportunidades de trabalho. O “mercado” do sexo na cidade, como referência turística, é crescente e alguns travestis, após dois ou três anos de trabalho, conseguem recursos financeiros suficientes para migrarem para países da Europa, principalmente Espanha e Itália.

A população de travestis em Balneário Camboriú é destaque na mídia regional, pois ocupa uma das principais vias de acesso ao centro da cidade. E não são poucos os ataques sofridos pelos travestis. Moradores

1. Além da História da Loucura, esta análise está presente nas obras O nascimento da clínica, de 1963, Vigiar e Punir: O nascimento da prisão, de 1975, e História da Sexualidade I, de 1976, II de 1984 e III, de 1984, para citar apenas algumas. As datas destas obras referem-se à sua publicação na França.

da região, por sua vez, reclamam do comportamento deles por considerarem “indecentes” as formas como exibem seus corpos (MANCHETE DO VALE, 2011).

Os aspectos relacionados à violência do cotidiano dos travestis estão diretamente ligados à busca por uma identidade de gênero alternativa e à própria violência de gênero, que estabelece padrões de moralidade claramente delimitados pela heteronormatividade. Mais uma vez, discursos são práticas e tais práticas de violência reforçam esse princípio. Alvos de discriminações constantes, não são incomuns agressões físicas e morais, bem como assassinatos quase nunca esclarecidos (MOTT, 2000; MOUTINHO; SAMPAIO, 2005; CARRARA; VIANNA, 2006; KULICK, 2008; GOLDEMBERG, 2009).

Há, atualmente, no município de Balneário Camboriú, três iniciativas para criar organizações que defenda os interesses dos travestis. No entanto, as disputas por “território” são constantes e há grandes rivalidades entre os travestis do município, bem como uma rígida hierarquização entre eles. O sentido de cooperação e união entre os travestis de Balneário Camboriú é bastante tênue e as relações de poder e exploração definem as suas relações.

Foram utilizados questionários semiestruturados para que os pesquisadores pudessem administrar com flexibilidade a condução das entrevistas, alterando as questões de acordo com os rumos nem sempre previsíveis das respostas das entrevistadas e dos entrevistados. Nesse caso, as estratégias de pesquisa não foram rígidas, pois a intenção era compartilhar com os travestis e os outros agentes sociais formas diferentes de olhar e observar o objeto de estudo, abrindo-se o leque de referenciais metodológicos (PECI, 2004). Os depoimentos foram gravados e transcritos para uma melhor análise e interpretação.

Indagada a respeito da violência sofrida pelos travestis, a presidente da Associação dos Travestis e Transexuais de Balneário Camboriú (ATBC), A.P.B., diz que uma das formas de “defesa” é a busca de algum tipo de organização que as proteja da violência comum a que são submetidas. Ou seja, a violência já é dada como um fenômeno que integra as atividades dos travestis.

A Associação coordenada por A.P.B. tem aproximadamente 25 travestis devidamente cadastrados. No entanto, na temporada de verão, o número de travestis chega a um número próximo de 50 pessoas atuando nas ruas do município. De acordo com a entrevistada, até mesmo por questões de segurança, é fundamental que os travestis estejam vinculados à Associação. Para esse vínculo à associação, algumas exigências são feitas:

[...] então ela tem que chegar até mim, ela tem que ter uma certidão de nascimento, ela tem que ter uma RG, eu preciso saber, tem que ter um documento. Através desse documento, eu levo na delegacia, eu quero saber se ela é procurada, se ela é fugitiva, se ela é *de menor*, se ela deve alguma coisa pra justiça. Eu quero saber tudo, se não, não trabalha, se não trazer isso pra mim ela não trabalha, porque a associação tem o apoio da polícia civil e militar, então imediatamente quando ela aciona a polícia, alguma coisa, eles vêm imediatamente (A.P.B.)

Percebe-se que os discursos sobre o “ser travesti” pressupõem a condição de um ser “desviante”, procurado, fugitivo, ser “de menor”, que deve alguma coisa para a justiça, como discutido anteriormente, uma condição de abjeção. E, no papel de presidenta de uma Associação que detém o poder de representar e reivindicar os direitos dos travestis, existe claramente a necessidade do controle institucional, não apenas em exigir os documentos, mas de controlar a própria biografia do travesti, descrita na frase “eu quero saber tudo”, caso contrário, não poderá exercer seu trabalho. O respaldo desse controle institucional está no apoio das polícias civil e militar, como que a dar legitimidade à relação poder-saber da Associação.

O território urbano é bem dividido e organizado pela própria Associação, e isso é considerado pela presidente como a causa de não haver conflitos e brigas entre as travestis e outros profissionais do sexo, o que reforça mais uma vez o discurso de que senão fosse pela Associação, as travestis não seriam capazes e/ou não teriam condições de manter a ordem no território. A convivência com mulheres prostitutas é relativamente pacífica em função dessa distribuição territorial, como fica notório na fala abaixo:

Então, assim, não tem briga nenhuma, nem briga, porque como é tudo muito organizado, então as gurias de programa trabalham geralmente num ponto que é delas [...]. Você vê as meninas trabalhando, agora no verão chega a ter dez, mas travesti é sempre o triplo, tu passa na rua você vê mais travesti do que mulher, é porque a procura é muito grande, é muito grande (A.P.B.).

Questionada sobre a proporção de mulheres que se prostituem nas ruas e os travestis, A.P.B. ressalta que o número de travestis atuando nas ruas é maior. A conceituação do modelo feminino adotado pelos travestis é ponto que merece destaque, pois eles se denominam intimamente femininas, mesmo não havendo a transformação por completo. No entanto, nas próprias palavras da entrevistada, há uma separação clara entre travestis e mulheres, afinal, “você vê mais travesti do que mulher”. Nesta fala, a

heteronormatividade está explícita, pois para A.P.B. existe um padrão de sexualidade que regula as convenções socioculturais a respeito do que se entende como homem ou mulher.

Segundo a entrevistada, os travestis admiram a figura feminina, tanto que buscam a perfeição estética deste gênero: “[...] então assim, na verdade, a travesti, quando ela se transforma o corpo dela fica feminino, então é porque ela se define como uma mulher. Apesar de não ser” (A.P.B). A conclusão de A.P.B., numa leitura mais apressada, poderia reforçar os argumentos heteronormativos, mas aqui seu discurso transcende, já que sua fala parece acenar, além da fluidez da identidade de gênero, para uma consonância com o conceito de performance, uma vez que os travestis encenam e reencenam identidades e papéis femininos num corpo performático.

Seguindo nessa ótica, afirma a entrevistada que nem todos os travestis seguem para o mundo da prostituição e que, apesar do preconceito existente com relação à prostituição, os travestis encaram como sendo um trabalho como outro qualquer, pois no dia a dia fazem as mesmas coisas que as outras pessoas, conforme o trecho abaixo revela:

[...] o mundo travesti não é tão diferente das outras pessoas, o problema é que a gente trabalha por programa, eu conheço travestis que nunca fizeram programa, que sempre estudaram, se formaram, uma é dentista, outra faz curso de enfermagem, trabalha no hospital é enfermeira. Então entendeu? Nem todas vão pro lado da prostituição. A grande maioria né, mas não todas (A.P.B).

Essa narrativa da interlocutora revela o “caráter dramaturgico” e o emprego da “representação” no contato com os pesquisadores como um artifício utilizado no exercício de manipulação (BECKER, 1977) de uma “imagem deteriorada” (GOFFMAN, 1988, 1989). Ou seja, aqui parece haver um controle daquilo que é narrado nos termos da interlocutora dominar parte dos códigos de interpretação dos pesquisadores acerca da interpretação que ela faz de si.

A reflexão acima ganha fôlego, se atentarmos para a existência de uma rígida hierarquização entre travestis e prostitutas, essas últimas associadas a um lado de perdição, de mulher mundana, de um mau caminho que nem todas os travestis trilham. Assim, ao afirmar que “o mundo travesti não é tão diferente”, a entrevistada (também travesti) aciona valores identitários de pessoas socialmente aceitas através do

estudo e das profissões ligadas à saúde. Recusar o rótulo de ser prostituta e afirmar não ser diferente das outras pessoas é um ato de defesa de uma performance discursiva travesti.

Outra forma discursiva se refere ao reconhecimento de ser essa parcela da população pertencente às minorias sociais estigmatizadas. Segundo a presidente, os travestis, pertencem à classe mais desfavorecida, que sofrem mais preconceito, sendo o intuito da associação defender seus direitos. Para isso buscam e efetivamente contam com o apoio do poder público (polícia civil, militar, bombeiros), que em caso de violência, se mobilizam rapidamente, conforme declarado abaixo:

[...] porque assim ó, quando a associação foi fundada já foi feito logo a documentação, registrando em cartório, é feito tudo certinho, então esse já foi levado na delegacia, no batalhão, no fórum tudo, então já sabia. Então [...], a gente pediu né o apoio porque a gente sabe, a gente tem que ter apoio (A.P.B).

O preconceito, no entanto, ainda de acordo com a presidente da associação, foi maior em décadas anteriores, pois atualmente o nível de conscientização por parte da sociedade melhorou significativamente em relação aos travestis. Questionada se os travestis que atuam nas ruas da cidade usufruem de ações focadas e preventivas por parte de organizações de saúde pública (bem como a percepção dos próprios travestis sobre a qualidade desse atendimento) e de como os profissionais da saúde pública lidam com os travestis, A.P.B. ressaltou que:

[...] antigamente não era assim, hoje em dia acho porque também já existem muitas lei né? Então eu já passei por isso várias pessoas para conscientização, os direitos, [...] na secretaria de saúde, principalmente das travestis serem chamadas pelo nome social dela, que é nome de mulher. Chega lá, claro, a pessoa ta vendo, dou a identidade só que tem o nome de homem, ta vendo uma figura feminina, com peito e tudo, corpo tudo transformado, não vai falar, ô Ricardo né? Então geralmente hoje em dia eles já perguntam, você gostaria de ser chamado como? Qual é o seu nome social? A travesti já fala, eles já colocam na ficha que a enfermeira, o médico chama, já chama pelo nome feminino ela levanta. E claro que ele ta vendo na ficha ali, ta o nome social também, o nome masculino. Às vezes eles colocam na ficha o nome masculino e entre parênteses eles colocam “transsex fulano de tal”, ai eles já sabem que ta se tratando de um paciente homossexual que é uma travesti [...] (A.P.B.).

Se, como afirma Butler, gênero é a estilização repetida do corpo, a frase acima mostra como esta estilização do corpo é simplificada e reduzida no ato jurídico e social da identificação de seu nome numa enfermaria. Nomes e corpos que se contradizem.

A.P.B. ressalta ainda que muitos travestis têm receio de comparecer sozinhos nos postos de saúde ou em hospitais da região e recorrem a ela, em função da experiência adquirida em lidar com agentes de saúde pública. No entanto, mesmo com esse receio dos travestis, a entrevistada afirma que o atendimento nas redes públicas de saúde de Balneário Camboriú é, de maneira geral, conceituado como bom, pois apesar de não haver uma estrutura direcionada a eles, os postos de atendimentos, como no caso de doenças sexualmente transmissíveis, possuem profissionais com habilidade para lidar com este grupo, acolhendo-os como qualquer outro paciente. Esta é a visão de A.P.B:

[...] na verdade tem o CRA ali pra doenças sexualmente transmissíveis que vai lá fazer teste de HIV, teste de tuberculose, pra sífilis, hepatite. Então assim ó, elas são orientadas, ai lá as meninas são maravilhosas, tratam as travestis super bem, vai muito homossexual, lá entendeu, mas também vai bastante hétero tanto feminino quanto masculino né? Fazer exame tal, por que lá tá aberto ao público, não só especificamente pra categoria GLS né, ai tem o COE que a Dra J... atende aqui na avenida dos estados, que é maravilhosa a equipe dela que trabalha lá, as meninas que também atende entendeu? As gurias tão com dor, tão sentindo alguma coisa, elas vão lá na Dra J... entende? (A.P.B).

Por óbvio que este grupo também sofre as mesmas deficiências do serviço público que a sociedade em geral, que é a demora, fila de espera, insuficiência de medicamentos e materiais, entre outros. Por essa razão, muitos acabam procurando também o serviço de saúde particular, por ser mais ágil, e o atendimento direcionado a eles, por serem travestis, da mesma forma é de acordo com suas necessidades, conforme aponta o seu relato:

[...] é porque é aquela coisa, é que saúde pública hoje em dia no Brasil, aquela coisa do Estado, você chega lá, até você conseguir uma vaga, tem passa um mês na fila né, às vezes até dois meses esperando, já tem um monte de gente na tua frente, então a saúde pública geralmente é né, muito precária, seja bem sincero. Eu mesmo quando vou, não to me sentindo bem, to sentindo

alguma dor, alguma coisa, pego meu dinheiro, vou *no* médico particular já pago, sou atendida entendeu? [...] (A.P.B).

Outro ponto que merece destaque é o apoio militar e civil de Balneário Camboriu relatado por A.P.B. Segundo a presidente da associação, há este apoio somente pelo fato de existir uma associação que reivindica os direitos dos travestis e reafirma sua importância social e jurídica. Sinala-se que este apoio não gera reflexos somente com relação à segurança dos travestis, mas também com relação à população, afinal:

[..] a última vez que eu tive falando foi com major J. agora no batalhão que acho foi trocado, porque antes era o.... eu tive lá, ai depois trocou era o major J., eu fui lá fala com ele. Às vezes eu to no fórum falando com o promotor R., entendeu? Quem me chamou foi o promotor R. e também na delegacia, tem na polícia civil as vezes entra em contato comigo, às vezes quando quer de novo todas as associadas pra olha, entendeu? Verificar tem tudo isso, a Dra F., a delegada F. aqui da polícia, eu conheço todo mundo, todo mundo então entra em contato comigo. [...] Deixa eu te explicar uma coisa, as coisas só fica bem organizado, como eu estou falando agora, numa cidade a partir do momento que realmente tem uma associação, e uma pessoa que briga pelos direitos, e briga por tudo, entendeu? Por que se não tiver, fica tudo como está. Fica jogado as cobras, entendeu? A partir do momento que tem uma pessoa líder que vai atrás de tudo e vê os direitos, e que normalmente vai atrás de tudo e vê os direitos e que realmente vai atrás, tudo acontece. Se não tiver, fica isso por isso mesmo entendeu? [...]

Sobre esta questão, foi indagado à Delegada da Delegacia da Mulher de Florianópolis (A.) se também havia este apoio aos travestis na capital ou em outras localidades de seu conhecimento. A delegada afirmou que, em geral, os travestis são tratados em conformidade com os demais cidadãos, ou seja, havendo uma ocorrência, um chamado, eles serão prontamente atendidos.

Segunda a delegada, não há uma padronização no atendimento policial para os travestis, no entanto, há a orientação aos profissionais de que este grupo deve ser tratado de acordo com suas especificidades, ou seja, se caso o travesti se recuse a ser atendido por um policial homem, ele deve ser atendido por uma policial mulher, por se denominar intimamente como mulher e ter as características desta, destacando, entretanto, que não é de ordem geral no país este atendimento. Fica notório que apesar das

conquistas da igualdade jurídica, ainda é necessário reafirmar atendimentos diferenciados a esta população.

A delegada ainda esclarece que tem conhecimento de que o único Estado do Brasil que tem materializado uma padronização de atendimento a grupos vulneráveis é o de Minas Gerais. Referido material, disponibilizado por ela, dá diretrizes aos policiais de atendimento aos grupos vulneráveis, incluindo os travestis. A base de orientação deste material, denominado “Atuação Policial Frente a Grupos Vulneráveis”, é fundado no princípio da dignidade da pessoa humana, onde todos merecem o tratamento adequado com suas condições de ser humano.

Neste material consta ainda a informação de que os travestis sofrem barreiras no setor de saúde pública com relação à denominação, pois têm registrado um nome masculino e na realidade têm uma figura feminina, gerando certo preconceito e situações vexatórias ao serem chamados pelos nomes de registro (masculino), pois nem todos os postos de atendimento tem o cuidado com este grupo.

O diretor de um dos mais importantes planos de saúde da região reforça tal percepção, pois afirma que, embora conte com “bom senso” dos médicos e agentes de saúde, sem que a organização tenha um padrão para atendimentos de grupos sociais diferenciados. Para ele:

Aceitamos qualquer pessoa e não há qualquer tipo de discriminação. A única orientação é que em caso de “grupos de risco”, cuidados devem ser tomados. Entre os médicos, prevalece a ética e não há espaço para “piadinhas” ou outros comentários. Mas não há padrões ou mesmo uma política da organização para lidar com tais grupos de pessoas. Médicos e enfermeiros ainda não dispõem de orientações específicas, embora tenhamos consciência da importância de tais procedimentos.

Outro episódio relatado pela delegada, baseado em fatos ocorridos na delegacia de sua competência, é de um jovem travesti que procurou o atendimento da Delegacia da Mulher para aplicação da Lei Maria da Penha. Depois de apurados os fatos, concluiu-se pela aplicação dessa lei em favor do travesti, o que foi acatado pelo juiz competente da ação, também da Capital.

Dessa forma, baseado nos relatos da presidente da Associação dos Travestis de Balneário Camboriú e da delegada da Mulher de Florianópolis, pode-se concluir que, em que pese a existência de um aspecto positivo quanto ao apoio policial e quanto ao atendimento de saúde pública de

Balneário Camboriú, o mesmo não ocorre em outras localidades. As condições de acesso e atendimento aos serviços públicos na cidade de Balneário Camboriú parecem ser adequadas no princípio da igualdade jurídica, apesar dos constantes relatos de violência. Quanto aos discursos sobre os travestis, reafirmam a pluralidade deste mundo e certa necessidade de equidade, não negando a diferença em relação às pessoas não-travestis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou analisar a percepção da Associação dos Travestis de Balneário Camboriú/SC (ATBC) sobre as políticas públicas de saúde dos travestis, bem como as condições de acesso e atendimento aos serviços públicos na cidade de Balneário Camboriú (SC).

Em princípio, na letra da lei, este acesso e atendimento nos pareceram primar pela igualdade conforme reza o art. 5º da CRFB/88 quando diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros [...] a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, em especial, a garantia da inviolabilidade de sua “intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.” Da mesma forma, o art. 3º também garante a construção de uma sociedade livre, justa e solidária que tem por objetivo “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Ora, conforme os discursos antes assinalados, nós ainda estamos muito distantes de uma práxis que dê conta da equidade, entendendo que as garantias constitucionais acima esboçadas apresentam traços e relações de gênero muito evidentes quando vivenciadas na prática social, isto é, a vida em sociedade revela que mesmo as garantias jurídicas são atravessadas pelos efeitos das relações de gênero. Como prova disso, está a dificuldade de registrar o nome da travesti em um estabelecimento de saúde pública. Homem? Mulher? Travesti tem nome ou apelido?

Nos depoimentos transcritos, enfatizaram-se os cuidados e as preocupações com figuras femininas que detêm um nome de registro masculino, tanto na abordagem policial quanto nos atendimentos públicos, o que gera desconforto para quem está abordando/atendendo e para quem está sendo abordado/atendido, além, evidentemente, do preconceito inerente que envolve identidades de gênero que vão de encontro à heteronormatividade e ao binarismo.

As situações permanentes de violência fazem parte desse universo atingindo, principalmente, os travestis que se prostituem. As experiências do sofrimento e da doença fazem com que busquem formas de resistência e de organização para melhor enfrentar os problemas relacionados aos processos de exclusão social. No caso em questão, o papel da Associação dos Travestis de Balneário Camboriú é fundamental na garantia, no acesso e no atendimento adequado a esta população, além de ser o único ponto de apoio para o início de uma reflexão mais profunda das políticas públicas de saúde para este segmento. Todavia, os avanços são lentos e a superação do preconceito, notadamente no acesso à saúde, precisa de efetiva compreensão da sociedade e das instituições públicas.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Howard S. (1977). *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BORBA, Rodrigo. (2010). Intertextualidade: a construção de identidades na prevenção de DST/AIDS entre travestis. *Trabalhos em linguística aplicada*. Campinas/SP, v. 49, n. 1, jan./jun.
- BRASIL. (2004). *Conselho Nacional de Combate à Discriminação*. Brasil sem Homofobia, Programa de Combate à violência e à Discriminação contra GLBT e a Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília/DF: Ministério da Saúde.
- BUTLER, Judith. (1999). *Corpos que importam: sobre os limites materiais e discursivos do sexo*. New York: Routledge.
- _____. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R.B. (2006). “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *Physis*, v. 16, p. 233-249.
- FOUCAULT, Michel. (1977). *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1986). *Arqueologia do saber*. São Paulo: Loyola.
- _____. (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- GARCIA, Marcos R.V. (2009). Alguns aspectos da construção do gênero entre travestis de baixa renda. *Psicologia USP*. v. 20, n.4. São Paulo, out./dez..
- GOFFMAN, Erving. (1988). *Estigma*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- _____. (1989). *Representações do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- GOLDEMBERG, Miriam. (2009). O gênero das travestis: corpo e sexualidade na cultura brasileira. *História, Ciência, Saúde*. Rio de Janeiro, v. 16, n.4, p. 1115-1119, out./dez.
- JIMENEZ, Luciene; ADORNO, Rubens C. F. (2011). *O sexo sem lei, o poder sem rei: sexualidade, gênero e identidade no cotidiano travesti*. Cadernos Pagu, p. 343-367.

KULICK, Dom. (2008). **Travesti: prostituição, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz.

LAGO, Maria Coelho de Souza. (1999). Identidade: a fragmentação do conceito. In: SILVA, Alcione Leite da, LAGO, Maria Coelho de Souza e RAMOS, Tania Regina Oliveira. **Falas de Gênero**. Florianópolis: Ed. Mulheres.

LAQUEUR, Thomas W. (2001). **Inventando o sexo: corpo e gênero, dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

LIONÇO, Tatiana. (2008). Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-21.

_____. (2009). Atenção integral à saúde e diversidade sexual no processo transexualizador do SUS: avanços, impasses e desafios. **Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, n.19, p. 43-63.

MALUF, Sonia. (1999). In: SILVA, Alcione Leite da, LAGO, Maria Coelho de Souza e RAMOS, Tania Regina Oliveira. **Falas de Gênero**. Florianópolis. Ed. Mulheres.

MANCHETE DO VALE. (2011). **Homossexualidade e prostituição: um fenômeno social**. 18.11.2011, ano 2, n. 69, p. 14.

MOTT, Luis. (2000). **Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil**. Salvador: GGB.

MOUTINHO, Laura; SAMPAIO, Camila, A. M. (2005). Sexualidade, violência e justiça: mapeamento, localização e diagnóstico das pesquisas sobre violência sexual e de gênero no Brasil. In: MOUTINHO, L.; CARRARA, S.; AGUIÃO, S. (Orgs.). **Sexualidade e comportamento sexual no Brasil: dados e pesquisas**. Rio de Janeiro: UFRJ/CEPESC, p. 11-37.

PECI, Alketa. (2004). Além da dicotomia objetividade-subjetividade: a nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. In: VIEIRA, Marcelo M. Falcão. In: VIEIRA, Marcelo M. Falcão e ZOUAIN, D. Moraes. **Pesquisa Qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV. p. 71- 96.

PELÚCIO, Larissa. (2005). Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**. Campinas/ SP, n. 25, jul./dez..

_____. (2011). Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à AIDS. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 20, n.1, p. 76-85.

ROMANO, Valéria F. (2008). As travestis no programa Saúde da família da Lapa. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 2. São Paulo, abr./jun.

SCOTT, Joan. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n 2, jul./dez.

STRATHERN, Marilyn. (2006). **O gênero da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas: Editora Unicamp.